

## Política

## PTB vota contra e fala em prejuízo

■ Quatro dos cinco deputados da bancada petebista na Assembleia Legislativa adotaram posição de independência ao Executivo e votaram contra a proposta de previdência complementar para o funcionalismo. “A falta de cálculo atuarial, por exemplo, pode levar a uma enxurrada de decisões judiciais contra o Estado que só irá onerar os cofres públicos”, afirmou o deputado Luís Augusto Lara (PTB).



Foi um dia histórico para o serviço público do Rio Grande do Sul.

**Alexandre Postal**

Líder do governo na Assembleia

## Plenário valida outras sete matérias

■ Além da proposta de criação do regime de previdência complementar para os servidores públicos, foram aprovados outros sete projetos. Entre eles, estão a matéria que veda a incorporação de função gratificada de diferente poder ou órgão do servidor, o que cria uma Câmara de Conciliação de Precatórios, e a que altera a alíquota do Imposto sobre a Transmissão, Causa Mortis e doação de bens.

# Previdência complementar é aprovada

Aposentadorias e pensões dos novos servidores públicos estaduais terão como limite o valor da Previdência paga pela União

Apesar de nova mobilização de servidores públicos estaduais em frente à Assembleia Legislativa, ontem, os deputados da base não tiveram dificuldades para aprovar o projeto encaminhado pelo governo de José Ivo Sartori (PMDB) que institui um novo regime de previdência complementar para o funcionalismo. O prédio da Assembleia e a frente do Palácio Piratini amanhecaram cercados por policiais militares, a pedido do presidente da Casa, Edson Brum (PMDB), que quis impedir o bloqueio das entradas do Legislativo.

Com o ingresso dos deputados garantido, Brum fez valer o regimento e convocou sessão ordinária para colocar em votação projetos de interesse do

Executivo que já estavam na pauta na última terça-feira.

Antes, pela manhã, o presidente da Assembleia se reuniu com líderes de sindicatos e se encontrou com Sartori, a quem levou o pedido dos servidores de retirada do regime de urgência dos projetos da previdência e de extinção da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul e da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde. O pedido foi negado prontamente por Sartori.

Com a sessão aberta, deputados do PT e do PSol se retiraram da Assembleia, não participando da sessão para não “legitimarem a votação”. Com a base governista liberada, a criação da previdência complementar, por 35 votos a cinco, foi tranqui-

la. Duas emendas, uma de autoria do deputado Alexandre Postal (PMDB) e outra de Adilson

Troca (PSBD), foram aprovadas.

O deputado Juliano Roso (PCdoB), que votou contra a pro-

posta, criticou a postura do governo em determinar a votação de matéria, considerada relevante, “no momento que as relações entre governo e servidores estão tensionadas”. “O povo gaúcho não pode estar aqui nas galerias acompanhando a votação. É um dia triste para a democracia, justo em um dia que teríamos uma sessão solene em homenagem à Revolução Farroupilha. Temos que denunciar a intransigência do governo que, com sua falta de diálogo, conduziu a situação”, afirmou.

Líder do governo, Postal comemorou o resultado. “Foi um dia histórico para o serviço público do RS. Somos o nono estado a mudar sua previdência pensando no futuro. Não havia mais condições de esperar”, disse.



RICARDO GIUSTI

Projeto foi aprovado com as galerias vazias e sem a oposição em plenário

## Grades e policiais por todos os lados

Somente servidores públicos identificados com crachás e moradores da região puderam transitar na Rua Duque de Caxias nas proximidades do Palácio Piratini e da Assembleia Legislati-

va, locais que amanhecaram cercados ontem. Para impedir que manifestantes interrompessem os acessos ao Parlamento, 250 policiais militares se posicionaram em frente ao prédio do Le-

gislativo. O caminhão com plataforma de observação elevada ficou estacionado na Duque, trecho em que o trânsito estava bloqueado. Grades de proteção impediram os servidores de utilizarem a Praça da Matriz, no Centro, onde estão acampados, para chegarem ao outro lado da rua, onde se localiza a Assembleia. Houve momentos de tensão e alguns manifestantes ameaçaram derrubar o isolamento.

O responsável pelo Comando de Policiamento da Capital, Mário Ikeda, afirmou que o presidente da Assembleia, Edson Brum, solicitou proteção para manter as atividades do Legislativo. A Brigada Militar informou que a Assembleia Legislativa solicitou reforço do policiamento também nos dias 22 e 23 de setembro, quando mais projetos do Piratini irão à votação.



RICARDO GIUSTI

Servidores foram mantidos afastados do Legislativo por 250 policiais da BM

## Oposição critica cercamento

Logo na abertura da sessão, os deputados Luiz Fernando Mainardi (PT) e Pedro Ruas (PSol) subiram à tribuna para criticar a decisão do governo e da base aliada em votar os projetos sem a retirada da urgência em propostas polêmicas, como a criação da previdência complementar para o funcionalismo público, e sem a presença dos interessados nas galerias. A decisão das duas bancadas foi a de se retirarem sob alegação de não pactuar com a sessão.

“Mesmo que a convocação seja regimental, ao não permitir que o povo do RS, particularmente, os servidores públicos, os maiores interessados, participem, ela perde a legitimidade. Se a votação não tem legitimida-

de, o plenário não terá a presença do PSol”, afirmou Ruas.

Para Mainardi, a decisão do presidente da Assembleia, Edson Brum (PMDB), piorou a relação do governo estadual com o funcionalismo. “Estamos numa espécie de semicercamento, sitiados, em que a população em geral e os interessados não podem se aproximar do plenário. É por isso que vamos nos retirar, porque essa represália aos servidores fará com que a relação tensa fique ainda mais complicada. O que estamos vendo é resultado da escolha do governador Sartori, que definiu os servidores como suas vítimas”, disse. Segundo ele, a melhor opção seria a distribuição de senha para controlar o acesso as galerias.

## Ajuris anuncia que irá à Justiça

O presidente Ajuris, Eugênio Couto Terra, criticou ontem a criação de um novo regime de previdência complementar para os servidores estaduais. Segundo ele, a entidade deve concluir logo o estudo sobre o projeto e encaminhar, a seguir, uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) sobre a constitucionalidade do projeto.

“Queríamos ter contribuído com o projeto, mas o governo patrolou em claro sinal de desrespeito aos servidores. Um dos questionamentos que faremos é a falta de cálculo atuarial. A própria justificativa do projeto tem um gráfico com erro gritante que nem o governo sabe da onde tirou”, declarou Couto Terra.

## O projeto e o que dizem os servidores

### O QUE FOI APROVADO

■ Criação de regime de previdência complementar para os novos servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, fixando o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime próprio de Previdência Social.

■ Autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do RS (RS-Prev).

■ Limita o benefício máximo de aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS) dos servidores públicos, inclusive os membros de Poder, titulares de cargos efetivos que ingressarem no serviço público a partir da data da publicação do ato de instituição do RPPS/RS, ao Regime Geral de Previdência Social (hoje R\$ 4.663,75) que trata o art. 201 da Constituição Federal.

### AS CRÍTICAS

■ O funcionamento e operação dos planos de benefícios e a estruturação da Fundação RS-Prev custarão R\$ 20 milhões como aporte financeiro do Estado. Este valor levará anos para retornar aos cofres do Tesouro.

■ A lei cria estrutura com previsão de seis cargos de diretores, além dos cargos de conselheiros (dez) a serem sustentados pelo Estado.

■ O IPE já tem toda a estrutura consolidada e pessoal com experiência na área previdenciária e de administração de fundos.

■ Hoje o Estado já tem o Fundo-Prev, fundo previdenciário saudável e com reservas adequadas ao pagamento de benefícios futuros.

■ A eleição da alíquota de 7,5% não tem justificativa técnica. A Previdência Complementar na União adota 8,5%.

■ O projeto não apresenta qualquer cálculo atuarial, o que é tecnicamente errado.

## PDT não vota fim de fundações

O líder do governo Sartori na Assembleia, deputado Alexandre Postal (PMDB), teve que recuar e retirar o quórum da sessão de ontem sob o risco de ver derrotadas as propostas de extinção das fundações de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Fundergs) e da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) apresentadas pelo Executivo.

Integrante da base aliada, o PDT fechou posição contrária à extinção das fundações. A decisão incluiu também o projeto de extinção da Fundação Zoobotânica que tramita no Legislativo. “Não há entendimento entre algumas bancadas (sobre a extinção de fundações). Precisamos de um debate um pouco maior.

Não havia consenso e precisamos de 28 votos e eu tenho que ter o controle disso. Não quero perder e aí retiramos o quórum”, afirmou Postal.

Para o deputado Enio Bacci (PDT), o efeito da extinção das fundações seria insignificante para as contas do governo se comparado com os benefícios sociais que elas produzem. “A Fundergs existe para promover o esporte, prevenindo assim o aumento da criminalidade no Estado. Do mesmo modo, a FEPPS tem função fundamental na questão da vigilância sanitária. Ao invés de extinguir temos que dar mais estrutura e organização para essas fundações que desempenham papel importante”, defendeu Bacci.